

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
A Administração da Barigüi Financeira submete à apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016. O presente relatório alcança os dados consolidados das entidades componentes do Conglomerado Financeiro Barigüi, integrado pela própria Barigüi Financeira e também a sua controlada Barigüi Companhia Hipotecária.

O semestre sob apreciação, ainda foi marcado por um cenário desafiador, com a Economia Brasileira atravessando um período adverso, porém com o encaminhamento pelo Executivo às esferas competentes de medidas visando a sua estabilização e o retorno, mais adiante, do crescimento.

Malgrado o antes afirmado, o crescimento da inadimplência não foi de molde a impactar, em nível representativo, os resultados, a demonstrar o caráter preventivo e conservador da gestão.

A Financeira permanece centrando suas operações no crédito consignado, que responde pela quase a totalidade dos seus negócios. A política empreendida visa privilegiar convênios com histórico positivo ao longo do tempo, com repasses regulares dos valores descontados dos mutuários, que, em geral, estão representados por funcionários públicos. No que tange ao Conglomerado, temos direcionado ações para o crescimento dos créditos imobiliários, via a controlada Barigüi Cia. Hipotecária, presente que o país tem um largo campo para atender neste segmento, considerando que a sua participação no PIB está muito aquém daquelas observadas em outras nações, até mesmo junto a países do chamado terceiro mundo. Abaixo, alguns números do Conglomerado, na posição de 30.06.2016, em milhões de reais:

Ativos Totais	459.213	Lucro Líquido	4.312
Carteira de Crédito	371.263	Patrimônio Líquido	46.775
Captações	400.190	RPL (anualizado)	19,00%

Assim, no período considerado (06/2015-06/2016), o Patrimônio Líquido evoluiu cerca de 13,5%, ascendendo na data-base a R\$46.775 milhões, na carteira de crédito incremento de 6,6%, alcançando R\$371.263 milhões e, de cerca de 17% nas Captações (R\$400.190 milhões).

O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Barigüi Crédito Consignado, em conformidade com Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 22/06/2016, teve aprovada a sua liquidação, nos termos do Regulamento próprio, com a consequente extinção de suas cotas, após 60 meses das respectivas emissões, e foram remuneradas integralmente, consoantes as taxas previstas quando do processo de colocação.

Outro fato a merecer registro diz respeito à primeira securitização de créditos imobiliários originados exclusivamente na Cia. Hipotecária, no valor aproximado de R\$19,2 milhões, cuja colocação foi de forma pronta, com grande aceitação do mercado.

A administração agradece a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

**Curitiba (PR), 26 de agosto de 2016.**

**RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO**  
Diretor Presidente

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Individual		Conglomerado		Passivo	Nota	Individual		Conglomerado	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015			30/06/2016	30/06/2015		
<b>Ativo</b>						<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>		<b>142.327</b>	<b>146.458</b>	<b>199.478</b>	<b>184.105</b>	<b>Circulante</b>		<b>69.560</b>	<b>140.462</b>	<b>114.076</b>	<b>190.225</b>
Disponibilidades	4	672	892	1.361	1.105	Depósitos	13.a	16.637	67.689	6.991	67.689
Aplicações interfinanceiras de liquidez		54.943	54.255	56.643	48.991	Depósitos interfinanceiros		9.646	21.430	-	21.430
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4 / 5	7.627	2.730	7.627	2.730	Depósitos a prazo		6.991	46.259	6.991	46.259
Títulos e valores mobiliários	6	7.627	2.730	7.627	2.730	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	48.646	40.457	97.174	87.471
Cotas de fundos de investimentos	7	73.108	84.183	119.813	122.156	Letras de crédito imobiliário		-	-	-	48.528
Operações de crédito		76.385	59.827	125.400	99.273	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		48.646	40.457	48.646	40.457
Setor privado		-	28.675	-	28.675	Outras obrigações		4.277	32.316	9.911	35.065
Operações de crédito vinculadas a cessão		(3.277)	(4.319)	(5.587)	(5.792)	de títulos assemelhados		44	135	74	272
Provisão para perdas em operações de créditos	8	3.811	1.526	4.313	2.744	Sociais e estatutárias		1.562	899	1.651	974
Outros créditos		2.003	448	2.283	531	Fiscais e previdenciárias	14	728	538	2.345	1.476
Créditos tributários		1.808	1.078	2.030	2.213	Diversas	15	1.943	30.744	5.841	32.343
Outros valores e bens	9	2.166	2.872	9.721	6.379	<b>Não circulante</b>		<b>180.616</b>	<b>115.874</b>	<b>298.362</b>	<b>190.017</b>
Outros valores e bens		2.162	2.859	3.647	3.729	Exigível a longo prazo		180.616	115.874	298.362	190.017
Bens não de uso		4	513	6.675	2.650	Depósitos	13.a	19.002	6.023	19.002	6.023
(-) Outros valores e bens		-	-	(601)	-	Depósitos a prazo		19.002	6.023	19.002	6.023
<b>Não circulante</b>		<b>153.818</b>	<b>150.567</b>	<b>259.735</b>	<b>237.355</b>	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	160.583	108.818	277.023	182.036
Realizável a longo prazo		140.654	141.775	259.121	236.762	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		160.583	108.818	160.583	108.818
Operações de crédito	7	136.607	134.722	251.450	226.131	Recursos de letras de crédito imobiliário		-	-	116.440	73.218
Setor privado		138.488	136.426	255.591	229.522	Outras obrigações		1.031	1.033	2.337	1.958
Provisão para perdas em operações de créditos		(1.881)	(1.704)	(4.141)	(3.391)	Diversas	15	416	419	1.722	1.344
Outros créditos	8	853	2.326	2.770	3.449	Dívida subordinada elegível a capital	16	615	614	615	614
Diversos		464	241	534	261	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>45.969</b>	<b>40.689</b>	<b>46.775</b>	<b>41.218</b>
Créditos tributários		717	2.164	2.564	3.267	Capital social		23.000	20.000	23.420	20.180
Provisão para outros créditos		(328)	(79)	(328)	(79)	De domiciliados no país	18.a	23.000	20.000	23.420	20.180
de liquidação duvidosa	9	3.139	4.539	4.265	6.415	Reservas de capital		23.000	20.000	23.420	20.180
Outros valores e bens		784	915	1.512	1.641	Reservas de lucros		-	-	-	-
Outros valores e bens		(729)	(727)	(876)	(874)	Reserva legal		22.969	20.689	23.355	21.038
Bens não de uso		13.164	8.792	614	593	Outras reservas de lucro	18.b	2.105	1.686	2.141	1.705
(-) Outros valores e bens		12.637	8.301	3	3	<b>Total do passivo</b>	18.c	<b>20.864</b>	<b>19.003</b>	<b>21.214</b>	<b>19.333</b>
<b>Permanente</b>		<b>12.634</b>	<b>8.298</b>	<b>3</b>	<b>3</b>			<b>296.145</b>	<b>297.025</b>	<b>459.213</b>	<b>421.460</b>
Investimentos		3	3	3	3						
Participação em controlada											
Outros investimentos											
Imobilizado de uso	11	437	383	475	442						
Outras imobilizações de uso		1.378	1.260	1.447	1.353						
(-) Depreciação acumulada		(941)	(877)	(972)	(911)						
Intangível	12	90	108	136	148						
Licenciamento e uso de software		392	377	472	426						
(-) Amortização acumulada		(302)	(269)	(336)	(278)						
<b>Total do Ativo</b>		<b>296.145</b>	<b>297.025</b>	<b>459.213</b>	<b>421.460</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Individual		Conglomerado	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita da intermediação financeira		28.296	30.092	50.496	44.174
Operações de crédito	7.b	24.878	26.533	46.976	40.992
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	3.418	3.559	3.520	3.182
Despesas da intermediação financeira		(20.088)	(21.284)	(32.887)	(29.425)
Operações de captação no mercado	13	(17.133)	(14.608)	(28.566)	(21.054)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	23	-	23
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.c	(2.308)	(3.393)	(3.674)	(5.088)
Operações de venda ou transferência de ativo financeiro		(647)	(3.306)	(647)	(3.306)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.208	8.808	17.609	14.749
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.277)	(5.260)	(11.550)	(10.155)
Receita de prestação de serviços		1	2	514	291
Despesas de pessoal		(1.876)	(1.941)	(2.613)	(2.673)
Despesas administrativas	21	(5.448)	(5.071)	(9.906)	(7.768)
Despesas tributárias		493	(5.714)	(1.096)	(970)
Resultado de participação em coligadas e controladas	10	2.818	1.785	-	-
Outras receitas operacionais		771	666	1.890	1.332
Outras despesas operacionais		(50)	(127)	(339)	(367)
Resultados não operacionais		(19)	506	(418)	390
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.912	4.054	5.641	4.984
Imposto de renda e contribuição social	22	411	(322)	(1.083)	(1.109)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(190)	(543)	(2.198)	(1.704)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		601	221	1.115	595
Participações nos lucros		(190)	(140)	(246)	(206)
Lucro líquido do semestre		4.133	3.592	4.312	3.669
Juros sobre capital próprio		(1.535)	(1.146)	(1.535)	(1.146)
Quantidade de ações		23.000	20.000	23.420	20.180
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,1797	0,1796	0,1841	0,1818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Reserva	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária Especial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	20.000	-	1.506	17.253	-	38.759
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.592	3.592
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	180	2.130	(2.310)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.146)	(1.146)
Dividendos	-	-	-	-	(136)	(136)
Pagamento de dividendos antecipados	(380)	-	(380)	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	20.000	-	1.686	19.003	-	40.689
Mutações do semestre	-	-	180	1.750	-	1.930
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	20.000	3.000	1.898	18.617	-	43.515
Lucro líquido	-	-	-	-	4.133	4.133
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN	3.000	(3.000)	-	-	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	207	2.247	(2.454)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.535)	(1.535)
Dividendos	-	-	-	-	(144)	(144)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	23.000	-	2.105	20.864	-	45.969
Mutações do semestre	3.000	(3.000)	207	2.247	-	2.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Individual		Conglomerado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre	4.133	3.592	4.312	3.669
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortizações	71	90	82	101
Equivalência patrimonial	(2.818)	(1.785)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.308	3.393	3.674	5.088
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	380	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	73	92	132	100
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	190	543	2.198	1.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(601)	(221)	(1.115)	(595)
Participação dos empregados	190	140	246	206
Pagamento de imposto de renda e contribuição social (Aumento) redução nos ativos operacionais:	(276)	(334)	(799)	(728)

contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas na ocasião da elaboração de suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

**b. Descrição das principais práticas de consolidação**  
Na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro em 30 de junho de 2016 abrangem as demonstrações da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e da Barigui Companhia Hipotecária.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro após de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Barigui S.A.		Companhia Hipotecária	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Total do Ativo	296.145	297.025	185.520	141.111
Total do Passivo	250.176	256.336	172.080	132.284
Total do Patrimônio Líquido	45.969	40.689	13.440	8.827
Total Lucros Líquidos do semestre	4.133	3.592	2.997	1.862

Os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre a Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e a Barigui Companhia Hipotecária foram eliminados nas demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro.

**c. Base para compilação e formatação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Barigui**

As demonstrações financeiras referentes ao Conglomerado Financeiro utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram compiladas a partir das demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2016. Estas demonstrações financeiras (Conglomerado Financeiro Barigui) devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais das empresas envolvidas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 26 de agosto de 2016.

**3 Principais práticas contábeis - Individual e conglomerado financeiro**

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

**a. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

**b. Apuração do resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**d. Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- Mantidos para negociação: compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativamente e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- Títulos mantidos até o vencimento: são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

**e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**  
As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

**f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
(i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pró rata dia". As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificadas como habitacionais e empreendimentos.

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

A Financeira considera a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**g. Despesas antecipadas**  
Correspondem principalmente a:

(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação, e

(ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, conforme abaixo:

**a) 2015:** reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;

**b) 2016:** reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a

diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses, e

**c) 2017:** reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

**h. Investimentos**  
Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

**i. Ativo imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%

**j. Ativo intangível**  
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

	Taxa - %
Desenvolvimento de sistema de processamento de dados	20% a.a.

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo diferido não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de impairment.

**k. Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores comencidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

**l. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros**  
A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria descrita abaixo:

**• Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do FIDC adquiridas for superior à perda provável.

**m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**  
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

**n. Depósitos e captações no mercado aberto**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

**o. Recursos de aceites e emissão de títulos**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

**p. Ativos e passivos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas para o semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões: são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

**q. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido**  
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e junho de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A partir de 2019 a alíquota retorna para 15%.

**Impostos diferidos**  
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Financeira apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**r. Estimativas contábeis**  
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo

imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**4 Caixa e equivalentes de caixa - Individual e Conglomerado Financeiro**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

**Disponibilidades**

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Caixa	8	10	16	13
Depósitos bancários	664	882	1.345	1.092
Aplicações interfinanceiras (a)	54.943	54.255	56.643	48.991
Total	55.615	55.147	58.004	50.096

(a) As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa.

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Individual e Conglomerado Financeiro**  
Em 30 de junho de 2016 e 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Título	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	10,2% CDI	51.643	100,3% CDI	49.335
DI (pré)	14,09% a.a.	3.300	10,80% a.a.	4.900
Total		54.943		54.255

**6 Títulos e valores mobiliários - Individual e Conglomerado Financeiro**  
Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração, conforme apresentado abaixo:

	Individual e Conglomerado	
	30/06/2016	30/06/2015
Mantidos para negociação		
Cotas Fundo Itáu	7.627	-
Títulos Mantidos até o vencimento		
Cotas subordinadas - Classe Júnior (FIDC)	-	2.730
O número de cotas da Financeira e o valor das mesmas para 30 de junho de 2016 e de 2015 são representados da seguinte maneira:		

	30/06/2016		30/06/2015	
	Nº de quotas	Valor da quotas	Nº de quotas	Valor da quotas
Descrição				
Cotas Fundo Itáu	3.243,31	2.351,76	7.627	2.606,83
Cotas subordinadas - classe Júnior	-	-	1.047,25	2.606,83
Total	3.243,31	2.351,76	7.627	2.606,83

O Fundo Itáu Corp Plus Referenciado CDI FIC FI é um fundo de renda fixa, aberto e que possui como objetivo acompanhar a variação do CDI através da aplicação em fundos que alocam, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira dos fundos de investimentos poderá ser composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados, cujo emissor esteja classificado na categoria de baixo risco de crédito. Os fundos de investimentos podem realizar operações com derivativos para fins de proteção. A Financeira adquiriu cotas do Fundo Itáu no montante de R\$ 7.500 em 19 de maio de 2016. Em 30 de junho de 2016, o Fundo Itáu atingiu a rentabilidade de 100,68% do CDI.

**a. Resultado com títulos e valores mobiliários**

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.120	2.817	3.222	2.440
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	298	742	298	742
Total	3.418	3.559	3.520	3.182

**7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvida - Individual e Conglomerado Financeiro**

**a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:**

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Capital de giro	426	4.279	101.086	5.140
Crédito pessoal	211.082	203.883	211.082	206.673
CDC	3.365	16.766	3.365	16.766
Financiamentos imobiliários	-	-	65.458	128.891
Total	214.873	224.928	380.991	357.470
Circulante	76.385	88.952	125.400	127.948
Não circulante	138.488	136.426	255.591	229.522

**b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:**

	Individual		Conglomerado Financeiro					
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015				
Setor Privado:								
Indústria	-	60	0,03%	70	0,02%			
Comércio	311	1,14%	780	0,35%	8.561	2,25%	780	0,22%
Outros serviços	241	1,11%	4.099	1,82%	6.044	1,59%	14.587	4,08%
Pessoa física	214.321	99,74%	219.989	97,80%	366.316	96,15%	342.043	95,68%
Total	214.873	100,00%	224.928	100,00%	380.991	100,00%	357.470	100,00%

A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi 1,2742% a.m. e a taxa máxima foi de 4,4000% a.m. (em 30 de junho de 2015 a taxa mínima foi de 0,8352% a.m. e a taxa máxima foi de 7,4% a.m.), enquanto que para os contratos firmados pela controlada a taxa mínima foi de 1,07% a.m. + IGP-M a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. + TR (taxa mínima de 0,8355% + CDI a.m. e taxa máxima de 2,99% a.m. no semestre findo em 30 de junho de 2015).

No semestre findo em 30 de junho de 2016 a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 24.878 (R\$ 26.533 em 30 de junho de 2015) e no Conglomerado Financeiro no montante de R\$ 46.976 (R\$ 40.992 em 30 de junho de 2015).

**c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

**c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial	(5.132)	(5.977)	(8.854)	(7.901)
Constituição	(2.308)	(3.393)	(3.674)	(5.088)
Baixa para prejuízo	2.282	3.347	2.800	3.806
Saldo final	(5.158)	(6.023)	(9.728)	(9.183)
Circulante	(3.277)	(4.319)	(5.587)	(5.792)
Não circulante	(1.881)	(1.704)	(4.141)	(3.391)

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo" o montante de R\$ 698 (R\$ 616 em 30 de junho de 2015), e no conglomerado financeiro o montante de R\$ 1.136 (R\$ 632 em

		Individual						30/06/2016		30/06/2015	
		Setor		Pessoa		Valor da		Valor da			
Nível	Situação	Provisão	Indústria	Comércio	Serviços	Física	Total	Provisão	Total	Provisão	
A	Normal	0,50%	-	240	224	201.475	201.939	(1.010)	212.012	(1.060)	
	Vencido	0,50%	-	-	-	1.173	1.173	(6)	1.162	(6)	
B	Normal	1,00%	-	-	-	2.800	2.800	(28)	2.772	(10)	
	Vencido	1,00%	-	-	1	892	893	(9)	1.619	(16)	
C	Normal	3,00%	-	-	-	1.103	1.103	(33)	340	(10)	
	Vencido	3,00%	-	7	1	849	857	(26)	1.268	(38)	
D	Normal	10,00%	-	-	-	451	451	(45)	336	(34)	
	Vencido	10,00%	-	38	-	657	695	(70)	918	(92)	
E	Normal	30,00%	-	-	-	90	90	(27)	125	(37)	
	Vencido	30,00%	-	-	-	594	594	(178)	1.043	(313)	
F	Normal	50,00%	-	-	-	219	219	(110)	87	(44)	
	Vencido	50,00%	-	11	3	520	534	(267)	718	(359)	
G	Normal	70,00%	-	-	-	82	82	(57)	114	(80)	
	Vencido	70,00%	-	-	-	500	500	(350)	632	(442)	
H	Normal	100,00%	-	-	-	620	620	(620)	217	(217)	
	Vencido	100,00%	-	-	-	15	12	2.296	2.323	(3.265)	
Total			311	241	214.321	214.873	(5.158)	224.928	(6.023)		
Circulante			-	-	-	76.385	(3.277)	88.502	(3.277)		
Não Circulante			-	-	-	138.488	(1.881)	136.422	(1.881)		

		Conglomerado Financeiro						30/06/2016		30/06/2015	
		Setor		Pessoa		Valor da		Valor da			
Nível	Situação	Provisão	Indústria	Comércio	Serviços	Física	Total	Provisão	Total	Provisão	
AA	Normal	0,00%	-	135	463	69.693	9.291	-	-	-	
A	Normal	0,50%	70	2.372	5.040	299.581	307.063	(1.535)	319,86	(1.599)	
	Vencido	0,50%	-	-	-	1.173	1.173	(6)	1.162	(6)	
B	Normal	1,00%	-	2.292	127	12.631	15.050	(151)	1.485	(15)	
	Vencido	1,00%	-	-	1	9.372	9.373	(94)	8.466	(84)	
C	Normal	3,00%	-	-	-	7.513	7.513	(225)	2.242	(67)	
	Vencido	3,00%	-	7	398	14.045	14.450	(434)	10.459	(314)	
D	Normal	10,00%	-	-	-	451	451	(45)	338	(34)	
	Vencido	10,00%	-	38	-	4.586	4.624	(462)	3.681	(368)	
E	Normal	30,00%	-	-	-	90	90	(27)	125	(37)	
	Vencido	30,00%	-	-	-	2.080	5.745	(1.724)	2.914	(874)	
F	Normal	50,00%	-	-	-	219	219	(110)	87	(44)	
	Vencido	50,00%	-	11	3	1.452	1.466	(733)	1.147	(573)	
G	Normal	70,00%	-	-	-	106	106	(74)	114	(80)	
	Vencido	70,00%	-	-	-	894	894	(626)	990	(693)	
H	Normal	100,00%	-	-	-	1.101	1.101	(1.101)	217	(217)	
	Vencido	100,00%	-	-	-	41	12	2.329	2.382	(4.178)	
Total			70	8.561	6.044	366.31	380.91	(9.728)	357,47	(9.183)	
Circulante			-	-	-	125.400	(5.587)	127.948	(5.792)		
Não Circulante			-	-	-	255.591	(4.141)	229.522	(3.391)		

#### d. Cessão de Crédito - FIDC

Em conformidade com a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 ("AGC"), foi aprovada a liquidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado, nos termos de seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino Classe "A", referentes à 1ª série, emitidas com prazo de duração de 60 meses, ambas com vencimento em junho de 2016, foram remuneradas integralmente em conformidade com as taxas previstas e indicadas na colocação aos cotistas.

#### Controlada

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a controlada Barigui Companhia Hipotecária adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem cobrança, no montante de R\$ 11.816 (R\$ 6.724 em 30 de junho de 2015). A taxa média dos créditos no semestre foi de 1,78% (taxa média em 30 de junho de 2015 foi de 1,978%). As operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 2.362 (R\$ 1.494 em 30 de junho de 2015). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

#### 8 Outros créditos - Individual e Conglomerado Financeiro

O saldo da conta "Outros créditos diversos" está composto pelas seguintes valores:

		Individual		Conglomerado Financeiro	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Circulante</b>					
Aciantamentos e antecipações salariais	103	101	195	206	
Créditos tributários (nota 22)	2.003	448	2.843	932	
Impostos a recuperar	840	244	846	522	
Títulos e créditos a receber (a)	83	91	83	91	
Devedores diversos (b)	501	375	700	817	
Outros (c)	281	267	206	176	
Total	3.811	1.526	4.313	2.744	
<b>Não circulante</b>					
Títulos e créditos a receber (a)	328	82	328	82	
Créditos tributários (nota 22)	717	2.164	2.564	3.267	
Provisão para outros créditos	(328)	(79)	(328)	(79)	
Outros (c)	136	159	206	179	
Total	853	2.326	2.770	3.449	

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente, (i) R\$ 3 saldos a receber referentes às cessões de créditos a receber junto ao Banco Bradesco S.A (R\$ 77 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 159 saldos de falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 96 em 30 de junho de 2015), e (iii) R\$ 249 representam créditos sem características de concessão de crédito.

(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados basicamente por: (i) R\$ 6 cheques devolvidos no recebimentos de parcelas (R\$ 10 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 460 adiantamento para correspondentes para originação de operação de crédito (R\$ 327 em 30 de junho de 2015); e R\$ 35 referem-se a custas para consolidação de propriedade e no conglomerado R\$ 48 (R\$ 15 em 30 de junho de 2015); para o conglomerado são os seguintes: (iii) R\$ 144 referem-se ao pagamento de portabilidade de operações de crédito (R\$ 329 em 30 de junho de 2015) e, (iv) R\$ 42 serviços de terceiros na originação de operações (R\$ 113 em 30 de junho de 2015).

(c) Os valores inscritos em "outros", são compostos basicamente por: (i) R\$ 25 devedores para compra de valores e bens (R\$ 172 em 30 de junho de 2015) e no conglomerado o valor representa R\$ 152 (R\$ 172 em 30 de junho de 2015); (ii) R\$ 111 referem-se a valores entre partes relacionadas (R\$ 14 em 30 de junho de 2015); (iii) R\$ 214 depósitos em garantia (R\$ 140 de 30 de junho de 2015) e no conglomerado o valor representa R\$ 254 (R\$ 160 em 30 de junho de 2015); (iii) R\$ 160 referentes a dividendos a receber (R\$ 100 em 30 de junho de 2015) e, (iv) R\$ 7 referem-se a outros rendas a receber.

#### 9 Outros valores e bens - Individual e Conglomerado Financeiro

O saldo do grupo "Outros valores e bens" está composto por bens não e despesas antecipadas, conforme segue:

		Individual		Conglomerado Financeiro	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
<b>Circulante</b>					
Despesas antecipadas					
Seguros	7	7	7	7	
Serviços especializados e outros	74	44	133	76	
Corretagens	21	44	79	80	
Estruturação FIDC	-	161	-	161	
Comissões (a)	2.031	2.103	3.370	3.405	
Ressarcimento de custos operacionais	29	-	58	-	
Bens não de uso - Imóveis (b)	4	513	6.675	2.650	
Provisão por imperment (b)	-	-	(601)	-	
Total	2.166	2.872	9.721	6.379	
<b>Não circulante</b>					
Despesas antecipadas:					
Corretagens	16	27	89	85	
Comissões (a)	3.101	4.512	4.128	6.330	
Ressarcimento de custos operacionais	22	-	4	-	
Bens não de uso - Imóveis (b)	784	915	1.512	1.641	
Provisão por imperment (b)	(729)	(727)	(876)	(874)	
Total	3.194	4.727	4.901	7.182	

(a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

(b) No semestre findo em 30 de junho de 2016 não ocorreram consolidações de propriedades na Financeira, apenas na sua controlada, no montante de R\$ 3.741. No Conglomerado o valor total dos imóveis retomados representam R\$ 8.182 (R\$ 4.291 em 30 de junho de 2015). Provisão de R\$ 729 para perda de imóveis consolidados na Financeira que estão em disputa

judicial (R\$ 727 em 30 de junho de 2015); e provisão na controlada por decisão da administração no montante de R\$ 748 (R\$ 147 em 30 de junho de 2015).

#### 10 Investimentos - Individual

Em setembro de 2011, O Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Barigui Companhia Hipotecária, na qual a Financeira detém participação de 94% do capital, representada por 6.580.000 ações ordinárias (2.820.000 ações ordinárias em 30 de junho de 2015), sem valor nominal, no importe de R\$ 6.580 (R\$ 2.820 em 30 de junho de 2015).

A partir de então, as duas empresas constituem um Conglomerado Financeiro. O funcionamento da Companhia Hipotecária se deu a partir de 10 de janeiro de 2012. O valor do investimento na posição de 30 de junho de 2016 é de R\$ 12.634 (R\$ 8.298 em 30 de junho de 2015).

	30/06/2016	30/06/2015
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	7.000.000	3.000.000
Patrimônio líquido:	13.440	8.827
Capital social	7.000	3.000
Reservas estatutária e especial	709	709
Reserva legal	600	311
Reserva especial de lucros	5.840	4.807
Informações sobre o investimento na controlada:		
Número de ações possuídas	6.580.000	2.820.000
Percentual de participação (%) 94%		
Movimentação dos investimentos no semestre:		
Saldo início do período	-	6.612
Dividendos	(948)	(99)
Resultado de equivalência patrimonial	2.818	1.785
Saldo final do período	12.634	8.298

#### 11 Imobilização de uso - Individual e Conglomerado Financeiro

Movimentação do ativo imobilizado em 30 de junho de 2016 e 2015:

Descrição	Individual				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Depreciação		
Móveis e equip. de uso	394	15	(4)	-	405	368
Equip. de informática	652	8	-	-	660	627
Veículos	311	58	(56)	-	313	265
Depreciação acumulada	(921)	-	36	(56)	(941)	(877)
Total	436	81	(24)	(56)	437	383
<b>Conglomerado Financeiro</b>						
Descrição	Individual				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Depreciação		
Móveis e equipamentos de uso	406	15	(4)	-	417	381
Equip. de informática	704	13	-	-	717	677
Veículos	311	58	(56)	-	313	267
Depreciação acumulada	(946)	-	36	(62)	(972)	(896)
Total	475	86	(24)	(62)	475	429

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram identificados indícios de impairment que necessitassem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

#### 12 Intangível - Individual e Conglomerado Financeiro

Demonstramos a movimentação do intangível no semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015:

Descrição	Individual				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Amortização		
Licenciamento e uso de software	391	1	-	-	392	377
Amortização acumulada	(287)	-	-	(15)	(302)	(269)
Total	104	1	-	(15)	90	108
<b>Conglomerado Financeiro</b>						
Descrição	Individual				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	(-) Amortização		
Licenciamento e uso de software	471	1	-	-	472	471
Amortização acumulada	(316)	-	-	(20)	(336)	(294)
Total	155	1	-	(20)	136	177

#### 13 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos - Individual e Conglomerado Financeiro

##### a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

Descrição	Individual				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Depósitos interfinanceiros	3.046	6.600	-	9.646	21.430	
Depósitos a prazo	-	6.991	19.002	25.993	52.282	
Total	3.046	13.591	19.002	25.993	73.712	
Circulante	-	-	-	-	16.637	67.689
Não circulante	-	-	-	-	19.002	6.023

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 2.866 (R\$ 5.523 em 30 de junho de 2015).

##### b. Recursos de aceites e emissões de títulos

Descrição	Individual				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 30/06/2015
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Letra de câmbio	22.439	26.207	160.583	209.229	149.275	
Total	22.439	26.207	160.583	209.229	149.275	
Circulante	-	-	-	-		

Descrição	Individual						Conglomerado Financeiro					
	31/12/2016		Resultado	31/12/2015		Resultado	31/12/2016		31/12/2015		Resultado	
Ativo	Passivo	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo	Ativo	Passivo			
<b>Pessoas físicas</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	16.883	(1.104)	-	14.160	(1.049)	-	16.883	(1.104)	-	14.160	(1.049)
Letra de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	39.719	(2.745)	-	37.492	(1.871)
Remuneração administradores	-	-	(303)	-	-	(78)	-	-	(403)	-	-	(148)
Juros sobre capital próprio	-	816	(1.056)	-	239	(788)	-	815	(1.056)	-	239	(788)
Dividendos	-	98	-	-	94	-	-	108	-	-	94	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	-	-	(647)	-	28.444	(2.564)	-	-	(647)	-	28.444	(2.564)
<b>Barigui Companhia Hipotecária</b>												
Depósitos interfinanceiros	-	-	300	8.264	-	487	-	-	-	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	9.646	(169)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	-	-	6	-	(36)	-	-	-	-	-	-
Dividendos	160	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Bordin Administração e Incorporações Ltda.</b>												
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	415	(479)	-	346	(357)	-	370	(479)	-	346	(357)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	8.837	(578)	-	6.339	(352)	-	8.837	(578)	-	6.339	(352)
<b>Barigui Veículos Ltda</b>												
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	-	(42)	-	-	(42)	-	-	(42)	-	-	(42)
Letra financeira subordinada	-	615	(49)	-	615	(43)	-	615	(49)	-	615	(43)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	13.678	(858)	-	7.666	(409)	-	13.678	(858)	-	7.666	(409)
<b>Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.</b>												
Prestação de serviços correspondente bancário	739	95	(844)	1.008	71	(961)	1.336	315	(2.532)	1.008	71	(961)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	147	(20)	-	-	(2)	-	147	(20)	-	-	(2)
<b>Central Brasileira de Cobrança Ltda.</b>												
Prestação de serviços de cobrança	-	33	(260)	-	51	(333)	-	207	(931)	-	51	(333)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	1.104	(49)	-	578	(22)	-	1.104	(49)	-	578	(22)
<b>Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.</b>												
Prestação de serviços correspondente bancário	760	-	(152)	1.199	-	(234)	760	-	(152)	1.199	-	(234)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	675	(17)	-	22	(2)	-	675	(17)	-	22	(2)
<b>Enio Fornea &amp; Cia Ltda.</b>												
Aluguéis	-	9	(54)	-	8	(48)	-	11	(69)	-	8	(48)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.788	(401)	-	5.076	(311)	-	5.788	(401)	-	5.076	(311)
<b>Barigui Corretora de Seguros</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	-	-	3.675	(220)	-	-	-	-	3.675	(220)
<b>Center Automóveis Ltda</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.385	(372)	-	4.860	(298)	-	5.385	(372)	-	4.860	(298)
<b>Espaço Automóveis Ltda</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.940	(479)	-	6.809	(417)	-	6.940	(479)	-	6.809	(417)
<b>GFA Incorporações Ltda</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	4.035	(279)	-	3.490	(214)	-	4.035	(279)	-	3.490	(214)
<b>Barigui Securitizadora S.A</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	1.383	(34)	-	821	(39)	-	1.383	(34)	-	821	(39)
Prestação de serviços correspondente bancário	-	-	-	-	-	-	322	152	(613)	352	-	(73)
<b>Amambahy Participações Ltda</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	663	(48)	-	1.047	(47)	-	663	(48)	-	1.047	(47)
<b>Fórmula Automóveis Ltda</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.422	(548)	-	11.185	(685)	-	7.422	(548)	-	11.185	(685)
<b>Instituto Barigui</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	630	(53)	-	477	(37)	-	630	(53)	-	477	(37)
<b>Marumbi Investimentos Ltda</b>												
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	392	(24)	-	14	(1)	-	392	(24)	-	14	(1)

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

## 20 Política de remuneração - Individual e Conglomerado Financeiro

A Financeira remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Um dos membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa, e os demais contemplam verbas salariais, portanto, parcelas variáveis. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2016 está representado por R\$ 303 (R\$ 78 em 30 de junho de 2015) e no Conglomerado Financeiro R\$ 403 (R\$ 148 em 30 de junho de 2015).

## 21 Outras despesas administrativas - Individual e Conglomerado Financeiro

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Despesas de aluguel comercial	(77)	(39)	(92)	(53)
Despesas de comunicação	(187)	(195)	(200)	(204)
Despesas de processamento de dados	(259)	(210)	(410)	(323)
Despesas com relações públicas	(9)	(17)	(9)	(17)
Despesas com propaganda e publicidade	-	(83)	(90)	(163)
Despesas de sistemas	(258)	(6)	(258)	(6)
Despesas serviço seguro financeiro	(167)	(182)	(374)	(342)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(3.183)	(3.134)	(6.754)	(5.144)
Despesa com serv. téc. especializados	(583)	(512)	(808)	(731)
Despesas com amortização/depreciação	(71)	(90)	(82)	(101)
Despesas com viagens	(124)	(102)	(124)	(102)
Despesa de transporte	(62)	(48)	(62)	(48)
Despesas judiciais e cartório	(23)	(58)	(23)	(58)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(34)	(76)	(34)	(76)
Outras despesas	(411)	(322)	(586)	(400)
Total	(5.448)	(5.074)	(9.906)	(7.768)

(a) Refere-se principalmente à: (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no resultado no montante de R\$ 2.369 (R\$ 2.219 em 30 de junho de 2015) e no conglomerado R\$ 4.297 (R\$ 3.154 em 30 de junho de 2015), (ii) R\$ 305 referente à assessoria de cobrança (R\$ 424 em 30 de junho de 2015) e no conglomerado R\$ 976 (R\$ 771 em 30 de junho de 2015) e (iii) R\$ 425 referente à custos de repasse à órgãos públicos (R\$ 361 em 30 de junho de 2015).

## 22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) - Individual e conglomerado financeiro

### a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado.

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Impostos correntes				
Imposto de renda corrente	(100)	(335)	(1.573)	(1.212)
Contribuição social corrente	(90)	(208)	(625)	(492)
Total	(190)	(543)	(2.198)	(1.704)
Impostos diferidos	601	221	1.115	595
Total imposto de renda e contribuição social	411	(322)	(1.083)	(1.109)

### b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	3.912	4.054	5.641	4.984
Juros sobre capital próprio	(1.535)	(1.146)	(1.535)	(1.146)
Participação dos empregados	(190)	(140)	(246)	(206)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.187	2.768	3.860	3.632
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(984)	(1.107)	(1.737)	(1.453)
Exclusões (adições):				
Equivalência	2.818	714	-	-
Outros	(2.024)	(150)	(461)	(251)
Imposto de renda e contribuição social	(190)	(543)	(2.198)	(1.704)

### c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Individual			
	Saldo Inicial 31/12/2015	Consti-tuição	Rever-são	Saldo Final 30/06/2016
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	845	342	(123)	1.064
Provisão para contingências	100	21	(17)	104
Outras provisões	222	165	(44)	343
Créditos Tributários de IRPJ	1.167	528	(184)	1.511
<b>Contribuição social</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	689	264	(102)	851
Provisão para contingências	82	15	(14)	83
Outras provisões	181	130	(36)	275
Créditos Tributários de CSLL	952	409	(152)	1.209
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.119	937	(336)	2.720

Descrição	Conglomerado Financeiro			
	Saldo Inicial 31/12/2015	Consti-tuição	Rever-são	Saldo Final 30/06/2016
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.891	684	(186)	2.389
Provisão para contingências	114	36	(17)	133
Outras provisões	342	273	(62)	553
Créditos Tributários de IRPJ	2.347	993	(265)	3.075
<b>Contribuição social</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.073	379	(125)	1.327
Provisão para contingências	87	20	(14)	93
Outras provisões	225	168	(42)	351
Créditos Tributários de CSLL	1.385	567	(181)	1.771
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	3.732	1.560	(446)	4.846

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2016 tenham sua realização futura da seguinte forma:

Descrição	Individual			TOTAL
	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2019	
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporárias	1.113	398	-	1.511
Valor Presente	975	306	-	1.281
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporárias	890	319	-	1.209
Valor Presente	780	245	-	1.025

  

Descrição	Conglomerado Financeiro			TOTAL
	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2019	
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporárias	1.319	585	1.171	3.075
Valor Presente	1.156	450	778	2.384
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporárias	964	386	422	1.772
Valor Presente	845	297	284	1.426

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 14,13% (Selic).

## 23 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) - Conglomerado financeiro

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamento pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2016 atingiu 16,92%, representativo do Conglomerado Financeiro Barigui, atendendo preceitos regulamentares.

Patrimônio de referência	30/06/2016	30/06/2015
Índice de Basileia BACEN	47,527	42,923
	16,92%	15,61%

## 24 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no BACEN, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas. Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

### a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

### b. Risco operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2016, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

### c. Risco de mercado

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por